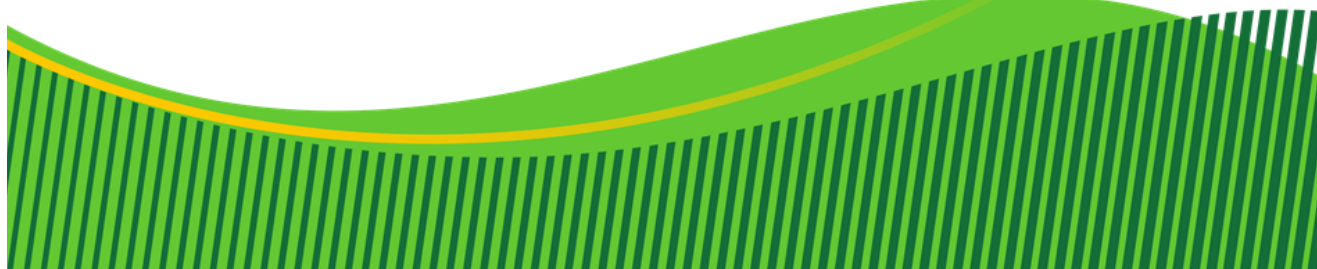


# Relatório Anual 2016

## Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Molinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS**  
Cerro Largo - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 1 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS  
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.341.675</b>	<b>1.087.150</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>594.269</b>	<b>473.057</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.874	11.480	DEPÓSITOS (NOTA 12)	202.442	160.697
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	32.407	-	Depósitos à Vista	139.167	114.541
Carteira Própria	32.407	-	Depósitos Interfinanceiros	3.872	2.226
			Depósitos a Prazo	59.403	43.930
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	650.195	521.328	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	319.340	245.302
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7	11	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	10	717
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	150	3.583	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	319.330	244.585
Correspondentes no país	1.389	1.881	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.433	2.727
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	648.649	515.853	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.433	2.727
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	609.272	516.388	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	13.722	16.697
Operações de Crédito	649.707	559.566	Empréstimos País - Outras Instituições	13.722	16.697
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(40.435)	(43.178)			
OUTROS CRÉDITOS	39.245	33.146	OUTRAS OBRIGAÇÕES	56.332	47.634
Créditos por Avals e Fianças Homradas	589	211	Cobrança e Arrecadação de Tributos	117	98
Rendias a Receber	3.712	4.585	Sociais e Estatutárias	5.405	3.022
Créditos Específicos	658	578	Fiscais e Previdenciárias	2.654	2.493
Diversos (NOTA 08)	36.017	29.893	Diversas (NOTA 15)	48.156	42.021
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.731)	(2.121)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.682	4.808			
Outros Valores e Bens	3.226	5.245			
(Provisão para desvalorização)	(652)	(604)			
Despesas Antecipadas	108	167			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>251.206</b>	<b>250.229</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>721.468</b>	<b>633.430</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	175.028	181.490	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	721.468	633.430
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	9.422	8.300	DEPÓSITOS (NOTA 12)	704.847	601.663
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.422	8.300	Depósitos a Prazo	704.847	601.663
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	161.964	169.167	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	16.621	31.767
Operações de Crédito	184.567	190.526	Repasse Interfinanceiros	16.621	31.767
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(22.603)	(21.359)			
OUTROS CRÉDITOS	3.606	3.968			
Diversos (NOTA 08)	3.960	3.968			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(354)	-			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	36	55			
Despesas Antecipadas	36	55			
PERMANENTE	76.178	68.739	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>277.144</b>	<b>230.892</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	36.758	36.006	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	140.663	127.231
Outros Investimentos	36.758	36.006	De Domiciliados no País	140.672	127.239
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	24.970	22.765	(Capital a Realizar)	(9)	(8)
Imóveis de Uso	8.529	8.529	RESERVAS DE SOBRAS	120.609	93.647
Outras Imobilizações de Uso	34.316	29.732	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	15.872	10.014
(Depreciação acumulada)	(17.875)	(15.496)			
INTANGÍVEL (NOTA 11)	14.450	9.968			
Outros Ativos Intangíveis	23.742	17.408			
(Amortização acumulada)	(9.292)	(7.440)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.592.881</b>	<b>1.337.379</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.592.881</b>	<b>1.337.379</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS  
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)		Total	(Reapresentado)		Total	(Reapresentado)		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>98.570</b>	<b>-</b>	<b>98.570</b>	<b>191.053</b>	<b>6</b>	<b>191.059</b>	<b>173.420</b>	<b>3</b>	<b>173.423</b>
Operações de Crédito	95.284	-	95.284	186.504	6	186.510	172.749	3	172.752
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.282	-	3.282	4.419	-	4.419	334	-	334
Resultado das Aplicações Compulsórias	4	-	4	130	-	130	337	-	337
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(76.113)</b>	<b>(859)</b>	<b>(76.972)</b>	<b>(139.942)</b>	<b>(1.421)</b>	<b>(141.363)</b>	<b>(119.962)</b>	<b>(1.006)</b>	<b>(120.968)</b>
Operações de Captação no Mercado	(45.069)	(49)	(45.118)	(84.997)	(83)	(85.080)	(67.743)	(63)	(67.806)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.964)	(810)	(10.774)	(19.285)	(1.338)	(20.623)	(14.621)	(943)	(15.564)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.080)	-	(21.080)	(35.660)	-	(35.660)	(37.598)	-	(37.598)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>22.457</b>	<b>(859)</b>	<b>21.598</b>	<b>51.111</b>	<b>(1.415)</b>	<b>49.696</b>	<b>53.458</b>	<b>(1.003)</b>	<b>52.455</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.057)</b>	<b>6.485</b>	<b>3.428</b>	<b>(7.982)</b>	<b>11.998</b>	<b>4.016</b>	<b>(23.678)</b>	<b>11.852</b>	<b>(11.826)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.593	12.016	19.609	14.610	21.495	36.105	14.872	15.167	30.039
Rendas de Tarifas Bancárias	8.669	-	8.669	15.872	-	15.872	10.240	-	10.240
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(32.336)	(2.660)	(34.996)	(60.555)	(4.224)	(64.779)	(51.656)	(3.206)	(54.862)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(17.816)	(2.307)	(20.123)	(35.344)	(4.117)	(39.461)	(32.766)	(3.630)	(36.396)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(50)	(509)	(559)	(161)	(915)	(1.076)	(204)	(650)	(854)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	52.095	819	52.914	92.704	1.210	93.914	67.658	5.554	73.212
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(21.212)	(874)	(22.086)	(35.108)	(1.451)	(36.559)	(31.822)	(1.383)	(33.205)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>19.400</b>	<b>5.626</b>	<b>25.026</b>	<b>43.129</b>	<b>10.583</b>	<b>53.712</b>	<b>29.780</b>	<b>10.849</b>	<b>40.629</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(346)</b>	<b>31</b>	<b>(315)</b>	<b>864</b>	<b>30</b>	<b>894</b>	<b>(1.157)</b>	<b>(8)</b>	<b>(1.165)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>19.054</b>	<b>5.657</b>	<b>24.711</b>	<b>43.993</b>	<b>10.613</b>	<b>54.606</b>	<b>28.623</b>	<b>108.421</b>	<b>39.464</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>1.987</b>	<b>1.987</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(215)</b>	<b>(215)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	1.168	1.168	-	-	-	-	(125)	(125)
Provisão para Contribuição Social	-	819	819	-	-	-	-	(90)	(90)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>19.054</b>	<b>7.644</b>	<b>26.698</b>	<b>43.993</b>	<b>10.613</b>	<b>54.606</b>	<b>28.623</b>	<b>10.626</b>	<b>39.249</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.613</b>	<b>(10.613)</b>	<b>-</b>	<b>10.626</b>	<b>(10.626)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>19.054</b>	<b>7.644</b>	<b>26.698</b>	<b>54.606</b>	<b>-</b>	<b>54.606</b>	<b>39.249</b>	<b>-</b>	<b>39.249</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.734)</b>	<b>-</b>	<b>(38.734)</b>	<b>(29.235)</b>	<b>-</b>	<b>(29.235)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.788)	-	(10.788)	(9.322)	-	(9.322)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.984)	-	(1.984)	(1.252)	-	(1.252)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(21.824)	-	(21.824)	(13.770)	-	(13.770)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.138)	-	(4.138)	(4.891)	-	(4.891)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.872</b>	<b>-</b>	<b>15.872</b>	<b>10.014</b>	<b>-</b>	<b>10.014</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS**  
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>113.253</b>	<b>74.986</b>	<b>7.621</b>	<b>195.860</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.803	-	(7.595)	(3.792)
Outras destinações	-	-	(26)	(26)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	6.199	-	-	6.199
Baixas de capital	(5.154)	-	-	(5.154)
Resultado do período	-	-	39.249	39.249
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.252)	(1.252)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.770	(13.770)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.130	-	(9.322)	(192)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.891	(4.891)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>127.231</b>	<b>93.647</b>	<b>10.014</b>	<b>230.892</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>13.978</b>	<b>18.661</b>	<b>2.393</b>	<b>35.032</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>127.231</b>	<b>93.647</b>	<b>10.014</b>	<b>230.892</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.857	-	(7.684)	(3.827)
Destinações para reservas	-	1.000	(1.000)	-
Outras destinações	-	-	(1.330)	(1.330)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.531	-	-	5.531
Baixas de capital	(6.511)	-	-	(6.511)
Resultado do período	-	-	54.606	54.606
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.984)	(1.984)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.824	(21.824)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.555	-	(10.788)	(233)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.138	(4.138)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>140.663</b>	<b>120.609</b>	<b>15.872</b>	<b>277.144</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>13.432</b>	<b>26.962</b>	<b>5.858</b>	<b>46.252</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)</b>	<b>129.371</b>	<b>94.647</b>	<b>27.908</b>	<b>251.926</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.361	-	-	3.361
Baixas de capital	(2.624)	-	-	(2.624)
Resultado do período	-	-	26.698	26.698
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.984)	(1.984)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.824	(21.824)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.555	-	(10.788)	(233)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.138	(4.138)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>140.663</b>	<b>120.609</b>	<b>15.872</b>	<b>277.144</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>11.292</b>	<b>25.962</b>	<b>(12.036)</b>	<b>25.218</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS**  
**CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73**

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>29.426</b>	<b>56.488</b>	<b>57.728</b>
Resultado do semestre/exercício	26.698	54.606	39.249
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.728</b>	<b>1.882</b>	<b>18.479</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.999	(1.499)	13.921
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	461	48	541
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(479)	(36)	315
Depreciação do imobilizado de uso	1.657	3.250	2.978
Amortização do intangível	1.031	1.852	1.555
Baixas do ativo permanente	79	185	266
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(294)	(409)	836
Destinações ao FATES	(1.984)	(1.984)	(1.252)
Dividendos SicrediPar	(742)	475	(681)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>46.823</b>	<b>91.799</b>	<b>104.443</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	15.031	(1.122)	2.755
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.124)	(32.407)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.499	4	(6)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(135)	3.433	4.794
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(164)	493	(125)
(Aumento) em operações de crédito	(129.338)	(84.182)	(65.927)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	87.232	58.891	16.933
(Aumento) em outros créditos	(3.264)	(6.177)	(10.317)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	92	2.097	(1.323)
Aumento em depósitos	63.287	144.929	147.131
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.341	(293)	(323)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.142)	(2.975)	1.635
Absorção de dispêndios pelo FATES	(864)	(1.622)	(953)
Aumento em outras obrigações	11.372	10.730	10.169
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente</b>	<b>76.249</b>	<b>148.287</b>	<b>162.171</b>
Aquisição de Investimentos	-	(752)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.145)	(5.641)	(4.151)
Aplicações no Intangível	(3.878)	(6.334)	(4.195)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)</b>	<b>(7.023)</b>	<b>(12.727)</b>	<b>(8.346)</b>
Integralização de capital	3.361	5.531	6.199
Baixa de capital	(2.624)	(6.511)	(5.154)
Juros ao capital próprio	(233)	(233)	(192)
Distribuição de Sobras	-	(5.157)	(3.818)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>504</b>	<b>(6.370)</b>	<b>(2.965)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>69.730</b>	<b>129.190</b>	<b>150.860</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	586.793	527.333	376.473
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	656.523	656.523	527.333

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/10/1913 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.087.359</b>	<b>(209)</b>	<b>1.087.150</b>
OUTROS CRÉDITOS	33.355	(209)	33.146
Diversos	30.102	(209)	29.893
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>250.020</b>	<b>209</b>	<b>250.229</b>
OUTROS CRÉDITOS	3.759	209	3.968
Diversos	3.759	209	3.968
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(11.826)</b>	<b>-</b>	<b>(11.826)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	30.744	(705)	30.039
Rendas de Tarifas Bancárias	9.535	705	10.240
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>101.688</b>	<b>2.755</b>	<b>104.443</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>159.416</b>	<b>2.755</b>	<b>162.171</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(5.591)</b>	<b>(2.755)</b>	<b>(8.346)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	7.874	11.480
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	648.649	515.853
Total	656.523	527.333

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.422	8.300
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.422	8.300
Total realizável a longo prazo	9.422	8.300

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	32.407	-
Total circulante	32.407	-

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	274.236	127.109	401.345	389.426
Financiamentos	49.001	36.820	85.821	77.713
Financiamentos rurais e agroindustriais	326.470	20.638	347.108	282.953
Carteira total	649.707	184.567	834.274	750.092

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	589	-	589	211
Devedores por compra de valores e bens	1.840	3.957	5.797	5.275
Títulos e créditos a receber (i)	23.706	3	23.709	17.397
Total	26.135	3.960	30.095	22.883

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	3	-	-	-
Nível A	0,50	305.864	282.811	1.529	1.414
Nível B	1,00	284.475	223.162	2.845	2.232
Nível C	3,00	149.977	143.624	4.499	4.309
Nível D	10,00	50.070	49.060	5.007	4.906
Nível E	30,00	20.304	20.863	6.091	6.259
Nível F	50,00	15.848	11.257	7.924	5.629
Nível G	70,00	4.204	5.111	2.943	3.578
Nível H	100,00	33.624	37.087	33.624	37.087
Total (i)		864.369	772.975	64.462	65.414

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 661 (2015 - R\$ 1.244).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	9.850	78.784	132.177	104.692	325.503	295.831
Rural	2.299	80.345	243.826	20.638	347.108	282.953
Industrial	705	5.764	7.877	6.877	21.223	26.419
Comércio	2.529	28.526	42.804	31.318	105.177	101.860
Outros Serviços	1.099	16.064	23.193	25.002	65.358	65.912
Total	16.482	209.483	449.877	188.527	864.369	772.975

**d) Concentração das operações de crédito**

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	41.844	4,84	29.575	3,83
50 devedores seguintes	82.186	9,51	62.051	8,03
100 devedores seguintes	88.875	10,28	66.221	8,57
Demais	651.464	75,37	615.128	79,58
Total	864.369	100	772.975	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2016	2015
Saldo inicial	66.658	52.422
Constituição de provisão	35.660	37.598
Movimentação de baixados para prejuízo	(37.195)	(23.362)
Saldo final	65.123	66.658

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 8.662 (2015 - R\$ 10.163), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 23.181 (2015 - R\$ 32.947).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	234	258
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	5.212	4.210
Devedores por compra de valores e bens	1.840	1.518
Devedores por depósitos em garantia	1.166	1.058
Impostos e contribuições a compensar	1.204	1.962
Títulos e créditos a receber	23.706	17.395
Valores honrados	14	999
Cotas de consórcio	368	590
Devedores por convênios	487	452
Operações com cartões	171	28
Pendências a regularizar	57	844
Outros	1.558	579
<b>Total Circulante</b>	<b>36.017</b>	<b>29.893</b>
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	209
Devedores por compra de valores e bens	3.957	3.757
Títulos e créditos a receber	3	2
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>3.960</b>	<b>3.968</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2016	2015
Bens não de uso próprio	3.076	5.182
Imóveis	1.691	3.839
Veículos e afins	527	555
Bens em regime especial	858	788
Material em estoque	150	63
Despesas antecipadas	108	167
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(652)	(604)
<b>Total Circulante</b>	<b>2.682</b>	<b>4.808</b>
Despesas antecipadas	36	55
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>36</b>	<b>55</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 652 (2015 - R\$ 604) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	20.359	20.163
Sicredi Participações S.A.	16.391	15.835
Outras Participações e Investimentos	8	8
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Outras Ações e Cotas	5	5
<b>Total</b>	<b>36.758</b>	<b>36.006</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	5.315.874 ON 11.075.242 PN	5.135.365 ON 10.699.181 PN	3 Quotas	3 Quotas	20.359.042 Quotas	20.163.491 Quotas
Percentual de participação	1,89%	1,97%	1,90%	2,17%	5,80%	5,89%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	16.391	15.835	3	3	20.359	20.163

#### NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	42.845	(17.875)	24.970	22.765
Imobilizações em curso	-	3.686	-	3.686	2.264
Terrenos	-	300	-	300	300
Edificações	4%	8.229	(1.362)	6.867	7.197
Instalações	10%	9.505	(3.996)	5.509	5.253
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.876	(4.293)	4.583	4.495
Sistema de comunicação	10%	490	(303)	187	165
Sistema de processamento de dados	20%	8.283	(6.068)	2.215	1.621
Sistema de segurança	10%	1.184	(566)	618	505
Sistema de transporte	20%	2.292	(1.287)	1.005	965
Intangível (i)	5% a 15%	23.742	(9.292)	14.450	9.968
Investimentos Confederação		20.430	(9.231)	11.199	9.968
Outros ativos intangíveis		3.312	(61)	3.251	-
<b>Total</b>		<b>66.587</b>	<b>(27.167)</b>	<b>39.420</b>	<b>32.733</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	139.167	-	-	139.167
Depósitos Interfinanceiros	322	3.550	-	3.872
Depósitos a prazo	23.484	35.919	704.847	764.250
<b>Total</b>	<b>162.973</b>	<b>39.469</b>	<b>704.847</b>	<b>907.289</b>

#### NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	319.228	244.477
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	319.228	244.477
Outros Recursos	102	108
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	102	108
<b>Total circulante</b>	<b>319.330</b>	<b>244.585</b>
Recursos do Crédito Rural	16.583	31.638
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	16.583	31.638
Outros Recursos	38	129
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	38	129
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>16.621</b>	<b>31.767</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 11,25% a.a. com vencimentos até 25/09/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	13.722	16.697
Cooperativa Central Sicredi Sul	13.722	16.697
Total circulante	13.722	16.697

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

**NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	200	3.184
Obrigações por convênios oficiais	6	6
Provisão para pagamentos a efetuar	13.974	9.794
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1.246	1.655
Provisão para coobrigações (i)	5.929	4.820
Pendências a regularizar	54	177
Operações com cartões	22.374	15.899
Demais fornecedores	2.256	1.825
Credores diversos	2.117	4.661
Total circulante	48.156	42.021

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	1.150	11	(173)	988
Cível	505	37	(284)	258
Total	1.655	48	(457)	1.246

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	988	1.150
Cível	Provável	258	505
Total		1.246	1.655

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 457; R\$ 398 e R\$ 36 (2015 - R\$ 393, R\$ 334 e R\$ 2.636), respectivamente.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	140.663	127.231
Total de associados	134.878	129.995

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.432 (2015 – R\$ 13.978), sendo R\$ 14.412 (2015 – R\$ 12.933) via integralização de resultados e R\$ 5.531 (2015 – R\$ 6.199), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.511 (2015 – R\$ 5.154).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,35% em Conta Capital, no montante de R\$ 10.788, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 55% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 136 (R\$ 0 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	54.606	39.464
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(22.935)	(16.575)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	6
Provisão resgate milhas cartão	10	143
Provisão de PPR	44	54
Receita com atos cooperativos	18.477	11.449
Juros sobre o capital próprio	4.531	3.729
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	735
Outros	(127)	244
Subtotal	22.935	16.360
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(215)

**NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades (Nota 04)	-	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.422	8.300
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	32.407	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	648.649	515.853
Outros Créditos - Rendas a receber	2.116	2.741
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	5.385	4.567
Investimentos (Nota 10)	36.753	36.001
Intangível (Nota 11)	11.199	9.968
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	3.872	2.226
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	335.951	276.352
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	13.722	16.697
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	21.936	15.992
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.419	334
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	10.676	190
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	78.843	60.701
Receitas não operacional (Nota 18)	136	-
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	251	66
Operações de Empréstimos e Repasses	20.624	15.564
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	1.537	1.339
Outros Dispendios Despesas Operacionais (Nota 23)	18.179	18.106



**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	187	0,13%	317
Depósitos a prazo	2.016	0,26%	1.694
Operações de crédito	3.662	0,44%	2.793

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.955	2.545

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 39.461 (2015 - R\$ 36.396), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

**NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	4.394	5.438
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	75.459	57.047
Reversão de provisões operacionais	10.525	4.171
Outras rendas operacionais	3.536	6.556
Total	93.914	73.212

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	3.146	4.593
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	698	2.510
Contribuição Confederação Sicredi	13.172	11.953
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.897	1.756
Contribuição Sureg	-	277
Encargos da administração financeira	424	349
Repasso Administradora de Cartões	1.841	1.101
Outras provisões operacionais	10.444	3.492
Outras despesas operacionais	4.844	7.090
Total	36.559	33.205

**NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	221.594	191.918
Coobrigações em cessões de crédito	238	297
Total	221.832	192.215

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

## II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

## III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

#### NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
<b>O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:</b>	<b>270.258</b>	228.525
Capital principal - CP	<b>270.258</b>	228.525
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	<b>120.609</b>	93.647
Lucros acumulados	<b>15.872</b>	10.014
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	<b>6.885</b>	2.367
<b>Total do capital qualificado</b>	<b>270.258</b>	228.525
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	<b>126.183</b>	116.315
Índice sobre o PR considerando a RBAN	<b>22,61%</b>	21,96%
Situação para o limite de imobilização	<b>32.542</b>	30.373
Índice de imobilização (limite 50%)	<b>12,04%</b>	13,29%

#### NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Sidnei Strejevitch  
Diretor Executivo  
CPF: 881.909.940-34

Giovani John  
Diretor de Operações  
CPF: 666.099.760-15

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72